



CÂMARA MUNICIPAL DE CURURUPU- MA
CNPJ: 11.045.689/0001-97

MENSAGEM Nº011/2021-CMC

Cururupu – MA, 17 de agosto de 2021.

Ao Excelentíssimo Senhor
ANTÔNIO CARLOS DE JESUS SILVA
Presidente da Câmara Municipal de Cururupu-MA

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar, por intermédio de Vossa Excelência, à elevada deliberação dessa Nobre Câmara Municipal, no regime de **URGÊNCIA URGENTÍSSIMA** o incluso Projeto de lei que **"DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO, NO ÂMBITO PÚBLICO MUNICIPAL DIRETO E INDIRETO, PARA TODOS OS CARGOS EFETIVOS OU EM COMISSÃO, POR CONDENAÇÃO NA LEI Nº 11.340, DE 07 DE AGOSTO DE 2006, LEI MARIA DA PENHA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**.

O referido projeto vem dá um significativo avanço no combate às agressões e violência de toda espécie infligidas às mulheres. De acordo com o projeto de lei, não poderão assumir funções públicas e cargo públicos nos órgãos da administração pública municipal, pessoas condenadas por agressões às mulheres. Deste modo, além de encontrar respaldo legal e constitucional, o presente projeto de lei é uma medida de grande interesse público e social, motivos pelos quais peço por sua aprovação aos nobres integrantes deste Parlamento Municipal, como mais um meio ou instrumento de combate à violência contra a mulher.


Adaildo Borges

Vereador – PSB


Josean Almeida

Vereador – PL


Marcos Soares

Vereador - PL

CÂMARA MUNICIPAL DE CURURUPU-MA
Lido em Plenário

em: 17 / 08 / 2021

Rua Getúlio Vargas, 48 - Centro - Cururupu - MA. CEP: 65.268 – 000

E-mail: camaramunicipalcpu@hotmail.com

Telefone: (98) 97015-3960



CÂMARA MUNICIPAL DE CURURUPU- MA
CNPJ: 11.045.689/0001-97

PROJETO DE LEI Nº 011/2021 - CMC

“DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO, NO ÂMBITO PÚBLICO MUNICIPAL DIRETO E INDIRETO, PARA TODOS OS CARGOS EFETIVOS OU EM COMISSÃO, COM CONDENAÇÃO NA LEI Nº 11.340, DE 07 DE AGOSTO DE 2006, LEI MARIA DA PENHA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.


O PREFEITO MUNICIPAL faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL, aprova, e eu sanciono a seguinte Lei.


Art. 1º. Fica vedada a nomeação, no âmbito da administração pública municipal direta e indireta, para todos os cargos efetivos e em comissão de livre nomeação e exoneração, de pessoas que tiverem sido condenadas nas condições previstas da Lei Federal nº 11,340 de 07 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha.


Parágrafo único – inicia-se essa vedação com a condenação em decisão transitada em julgado, até o comprovado cumprimento da pena.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as decisões em contrário.

PLENÁRIO “ITALINO PIRES RODRIGUES”, DA CASA LEGISLATIVA “CESAR RONALDO SANTOS MACHADO”, EM 17 DE AGOSTO DE 2021.


Adaildo Borges
Vereador – PSB


Josean Almeida
Vereador – PL


Marcos Soares
Vereador - PL

CÂMARA MUNICIPAL DE CURURUPU-MA
Lido em Plenário

em: 17 / 08 / 2021

CÂMARA MUNICIPAL DE CURURUPU-MA
APROVADO

Em: 17 / 08 / 2021